

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI Nº 0123-11, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

Altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.027, de 08 de dezembro de 1993.

Art. 1º O parágrafo único do Art. 1º, os Arts. 2º, 3º e parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 2.027, de 08 de dezembro de 1993, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

Parágrafo Único. A COMCARI não terá finalidade lucrativa, não onerará o erário público e funcionará com o apoio das Secretarias Municipais de Cultura, Esporte e Lazer e Serviços Urbanos.

Art. 2º A diretoria da COMCARI será composta de Presidente, 1º Vice-Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e um Coordenar Geral de departamentos;

Parágrafo Único. A comissão poderá assessorar-se de outras pessoas, através da formação e funcionamento dos seguintes departametnos:

- a – divulgação;
- b – planejamento;
- c – ornamentação e desfile.

Art. 3º A diretoria da Comissão Pró-Carnaval é de livre escolha do Prefeito Municipal, porém o presidente será um cidadão da Comunidade Itaquiense que não seja membro da Administração Municipal e a nomeação será através de Decreto do Poder Executivo.

§ 1º A nomeação da diretoria da Comissão Pró- Carnaval será realizada anualmente na 2ª (segunda) quinzena do mês de março de cada ano, mas poderá ser desconstituída a qualquer tempo pelo chefe do Poder Executivo que nomeará imediatamente nova comissão para concluir o mandato;

§ 2º Os membros da diretoria da COMCARI poderão ser reconduzidos para um novo mandato, sempre através de Decreto;

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

§ 3º No caso de haver renúncia do Presidente da Comissão, durante o prazo de sua gestão, o Prefeito Municipal nomeará novo Presidente no prazo de 30 dias ou, se entender necessário, desconstituirá o restante da Comissão e de imediato nomeará nova Comissão para concluir o mandato.

Art. 4º

Art. 5º

Parágrafo Único. O regulamento do carnaval de Itaqui, cuja elaboração é da exclusiva competência da Diretoria da COMCARI, após a elaboração será levado ao conhecimento do Chefe do Poder Executivo, através do Presidente, para sua apreciação e sugestões e após sua aprovação pela CONCARI, será dado conhecimento, através da imprensa local e a toda a Comunidade.

Art. 2º As demais disposições continuam vigendo de acordo com a redação original.

Art. 3º Revoga a Lei nº 2.934/05, de 23 de março de 2005, que alterava dispositivos da Lei Municipal já revogada, Lei nº 1.386, de 10 de outubro de 1985.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO
Prefeito



PROJETO DE LEI Nº 0123-11, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

JUSTIFICATIVA

Estamos enviando à Colenda Câmara Municipal para apreciação e deliberação dos membros da Casa Legislativa, o Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei Municipal nº 2.027, de 08 de dezembro de 1993, que institui a Comissão Pró-Carnaval de Itaqui.

A lei municipal nº 2.027, de 08/10/1993, estabelece a quem caberá o planejamento, a organização, a divulgação e a promoção do Carnaval da Cidade de Itaqui e o presente projeto estabelece e define a forma de constituição da Comissão Organizadora e seu funcionamento.

As alterações no projeto de lei são necessárias para corrigir distorções, como por exemplo, a COMCARI não tem como finalidade angariar fundos através de promoções e entende-se importante definir na legislação a efetiva participação, na comissão organizadora, de lideranças da Comunidade não vinculadas ao Poder Público, porque a festa carnavalesca é de toda a comunidade.

Entende-se de fundamental importância que a Comissão Organizadora seja dirigida por uma liderança da comunidade que não seja integrante da Administração Municipal já que se trata de uma festa popular destinada a todos os membros da comunidade itaquense e assim se divide com a comunidade a responsabilidade pela administração, planejamento e execução do evento.

Pelo Projeto proposto é reduzido o número de participantes na COMCARI, foram excluídos os cargos de 1º e 2º tesoureiros, pois considerando que a Comissão não possui dotação orçamentária, não busca lucro, não tem autonomia para fazer investimentos, tem apenas a responsabilidade de promover o evento, entende-se que não é necessário contar com o cargo de tesoureiro.

Com a aprovação do presente Projeto fica revogado a Lei nº 2.934/05, de 23 de março de 2005, que alterava dispositivos da Lei Municipal nº 1.386, de 10 de outubro de 1985 porque a esta Lei de 1985, já havia sido revogada pela Lei Municipal nº

PREFEITURA DE ITAQUI - RS



GABINETE DO PREFEITO

1.804/91, de 10 de abril de 1991, portando foi um equívoco a proposta e aprovação da Lei nº 2.934/05, de 23 de março de 2005, pois não tem eficácia no mundo jurídico e no direito positivo uma Lei que altere dispositivos de uma Lei já revogada.

Face a tais considerações solicita-se aos Senhores Vereadores e Senhoras Vereadoras a apreciação e deliberação do presente Projeto com a maior **URGÊNCIA** possível porque o Poder Executivo pretende, uma vez aprovado, constituir nova Comissão para a realização do Carnaval 2012, de acordo com a nova legislação.

São estes os motivos que embasam o presente projeto de lei.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, EM 07 DE DEZEMBRO DE 2011.

GIL MARQUES FILHO

Prefeito